



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 754

00007 ETIQUETA

DATA
/ /2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 754, de 2016

AUTOR

Deputado Weverton Rocha

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Insira-se o parágrafo 10 ao artigo 4º da Lei 10.742, de 6 de outubro de 2003, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória 754, de 19 de dezembro de 2016, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

§ 9º Excepcionalmente, o Conselho de Ministros da CMED poderá autorizar ajuste positivo ou negativo de preços.

§ 10 Os ajustes de que trata o parágrafo acima deverão ser realizados em atendimento ao interesse público, devidamente justificado em exposição de motivos, a ser amplamente divulgada por meio eletrônico.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende incluir o parágrafo 10 ao artigo 4º da Lei 10.742, de 6 de outubro de 2003, de modo a garantir que os ajustes positivos ou negativos de preços de medicamentos realizados pela CMED sejam devidamente motivados e ocorram em atendimento ao interesse público.

CD/17219.58845-09

A redação atual da MPV 754/2016 traz uma permissão ampla e irrestrita de alteração de preços pela CMED, sem estabelecimento de qualquer parâmetro balisador de suas decisões. Além disso, não é exigida a divulgação das razões ensejadoras do ajuste.

A exposição de motivos encaminhada pelo Poder Executivo enumera algumas situações que exigiriam o reajuste pela CMED. De acordo com o documento, o ajuste positivo de preços tem por objetivo reforçar o estímulo à oferta de medicamentos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS que deixaram de ser economicamente viáveis. Ou seja, a medida somente deve ser aplicada quando observado risco epidemiológico ou de desabastecimento de mercado e falta de alternativa terapêutica que supra o mercado nacional, nos casos de medicamentos essenciais que integrem as listas de dispensação ou de procedimento do SUS.

Ainda segundo a EM, a previsão de ajuste negativo de preços é necessária, tendo em vista que possíveis quedas dos preços dos medicamentos, em virtude de perda de patentes ou simples aumento da concorrência, não são refletidas nos tetos estabelecidos, uma vez que não há previsão para sua redução. De acordo com a mensagem, o Tribunal de Contas da União, por meio de auditoria técnica (TC 034.197/2011-7), identificou a necessidade de o órgão regulador realizar o ajuste negativo de preços quando observadas distorções, pois a atual impossibilidade de correções tem gerado desequilíbrio de preços entre concorrentes, com preços tetos distintos para medicamentos substitutos diretos.

Todavia, a descrição de parâmetros na EM sem sua menção no texto legal não acarreta qualquer obrigação ao executor da MPV, abrindo-se margem a ajustes que ensejem favorecimentos indevidos e prejuízo aos consumidores, sem qualquer transparência acerca dos parâmetros utilizados.

Nesse sentido, a presente emenda visa a trazer um parâmetro geral de conferir maior segurança de que as intervenções feitas pela CMED sejam benéficas aos consumidores e ao interesse público.

ASSINATURA

Brasília, de de 2017.



CD/17219.58845-09